



jaime cortesão  
raul proença

## Sobre as correntes incluídas na «Renascença Portuguesa» e seu destino

Cumpre-me, mais uma vez, seguir uma decisão de Joaquim Moreira, colaborando neste número de *Portucale* acerca da *Renascença Portuguesa*.

Admirável movimento foi esse, decerto, se o considerarmos pela actividade editorial que exerceu, pela pujança artística e literária que se manifestou através dessa associação cultural, pelos actos beneméritos que levou a cabo a favor da cultura e dos seus servidores; todavia, a largueza de espírito com que foi concebida (e que caracterizou essa época de tolerância magnífica) fez com que se incluissem no âmbito dela duas formas de espírito radicalmente diversas, o que não poderia deixar de trazer seus contras.

A *Renascença*, com efeito, foi o tronco comum de dois ramos divergentes, vindo os seus homens, e os respectivos discípulos, a alimentar dois sectores sociais antagónicos. Com o ramo anti-intelectualista (Leonardo Coimbra, Pascoais, etc.) se pode considerar mais ou menos relacionado um actual sector de tendência católica, conservadora, neo-escolástica, fascistóide, nacionalista, tradicionalista, acreditando num génio incontestável da Raça e adorando o Folclore (dou aqui a esta palavra um sentido amplo, como estareis observando). Com o ramo intelectualista da *Renascença* se pode relacionar, por outro lado a efémera revista *Pela Grei* e a mais duradoira *Seara Nova*, onde se reflectiu um espírito de livre-pensamento, de universalismo, de humanismo crítico, de amor da Liberdade intelectual e cívica, de democracia política e social.

Os promotores da *Renascença Portuguesa* foram jovens intelectuais das regiões do Norte, com seu centro no Porto. Eu não os conhecia de maneira alguma quando o seu movimento se iniciou. Habitava por esse tempo na con-



fusa Lisboa, e era espiritualmente um isolado. Nenhum contacto com o passado literário. Na reunião de Lisboa, quando já a Renascença florescia no Norte, tratei pela primeira vez com homens de letras. Deles, ao que suponho, só o Jaime Cortesão reparara [em] mim, graças às *Notas sobre Antero de Quental*, que tivera a generosidade de achar interessantes. Por minha parte, só tinha lidado com Henrique de Vilhena, de quem imediatamente me tornei amigo, e por quem fora atraído pela sua obra de estética, *A Expressão da Cólera na Literatura*.

Pelo menos, são estas as reminiscências que guardei da época. Sei, todavia, como o valor de um testemunho é sempre frágil, como a própria percepção é uma construção do indivíduo, um pensamento influído por sentimentos e ideias, e como foi sempre extremamente débil a minha memória para questões de factos. Conservo as ideias essenciais de um assunto, mas não as circunstâncias que lhes andaram unidas. E de aí que os meus erros podem ser enormes.

Havia, pois, duas tendências opostas: a anti-intelectualista e a intelectualista, aquela dominada pelo bergsonismo, em que eu via uma possível raiz de alguns males. Ora o Pascoais quis apresentar o seu «saudosismo» (anti-intelectualista) como sendo doutrina de toda a *Renascença*. Protestei, e o Proença comigo. A heterogeneidade do grupo ficou patente. Resolvi declarar o meu desacordo com todos os anti-intelectuais e saudosismos, e seguir sozinho o meu rumo próprio aproveitando as facilidades de carácter editorial que a *Renascença Portuguesa* me proporcionava. Esse rumo, como já aqui expliquei, era uma reforma da mentalidade portuguesa, que unisse a liberdade ao auto-domínio, a remodelação económica à educação moral, e que criasse no País uma escola activa, ligada às fainas económicas características de cada região: e de aí uma série de escritos pedagógicos que a *Renascença Portuguesa* me editou e a que me referi no meu artigo sobre a minha actividade na *Renascença*.

Parecendo-me que isso não seria bastante, tratei de criar em Lisboa uma revista de carácter político-social, que pudesse dar à nossa República a doutrinação positiva que lhe faltava: mas nem os políticos, nem tão pouco o público, possuíam educação intelectual suficiente para se poderem interessar pela minha revista — excessivamente austera, de simplicidade rígida, sem nada de «literatura», de «sensacional», de vistoso. Coisa para um País verdadeiramente culto, não para o Portugalório em que me eu debatia, com desesperados esforços para não cair em desânimo.

O meu grande companheiro de pregação política foi por esse tempo Ezequiel de Campos. Ambos dirigíamos a nossa atenção para problemas da economia nacional. A política, para ele e para mim, referia-se sobretudo ao viver positivo, aos interesses quotidianos do nosso Povo, muito mais do que ao Estado e às instituições do Governo. Nos assuntos que nos pareciam realmente básicos, ele via de preferência as facetas técnicas, de engenharia mecânica e de agronomia; e eu, sem embargo de atribuir importância máxima a tais aspectos pro-

priamente técnicos, encarava sobretudo a faceta humana, a integralidade dos fenómenos no seu complexo social, como era próprio de um pedagogo e de um político-sociólogo, ligando a educação às fainas económicas e buscando a justiça nas relações das classes. Em meu entender, tínhamos de traduzir para o nosso século xx (isto é, de acordo com as ideias e as necessidades de hoje, e com os meios técnicos que o meu companheiro indicava) o que havia sido em seu próprio tempo a intenção de um Mouzinho da Silveira. O meu compêndio de *Educação Cívica* foi publicado em 1914 em artigos da revista *Águia*, órgão da *Renascença Portuguesa*; e a mesma *Renascença Portuguesa* editou em princípios de 1915 o livro *A Grei* de Ezequiel de Campos. Nos anos seguintes eram editadas pela *Renascença*, ou simplesmente compostas nas suas oficinas gráficas, subsequentes obras dele e minhas, sobre as remodelações de que a Nação carecia. Mais tarde, em 1924, escrevia ele em *O Comércio do Porto*: «António Sérgio, no *Bosquejo da História de Portugal*, intitulou o terceiro período da história pátria: 'Tentativas de remodelação interna'. «Faltou o adjetivo *baldadas*, às tentativas: porque a remodelação está ainda agora quase toda por fazer». E dizia bem.

Esforçando-se por provocar essa remodelação eficaz a minha revista *Pela Grei* (onde foi larga a colaboração de Ezequiel de Campos) prolongou-se pelo ano de 1918. No programa da revista eu tinha escrito: «À simples agitação das paixões políticas importa opor, em vez de paixões e agitações, um pensar colectivo de organização; substituir às ideologias vagas, essencialmente partidárias e essencialmente dissolventes, a consideração das reformas concretas necessárias ao País — reformas que não sejam parciais, dispersas, desconexas, mas coordenadas num plano de conjunto sobre as necessidades reais da Grei... E quem realizaria essas reformas? Especialistas competentes apoiados num governo *nacional*, o qual se apoiaria por seu turno num movimento de opinião pública». De acordo com estas ideias, publicou a revista em separata um *Esboço de um programa de fomento*. (Sempre foi essa a minha mania: antes de tudo, um plano concreto, social-económico). Apegava-me ao meu constante empenho de suscitar o aparecimento de uma verdadeira elite. «A função governativa de uma elite (escrevia eu no número 4 de *Pela Grei*) não consiste em ser governo, na estrita acepção desta palavra; podem pela elite ser dirigidos os governos em que ela assuma positivamente o encargo de governar: basta que exprima claramente as necessidades colectivas, e se esforce por organizar correntes nítidas de opinião; quem dirige as ideias dos particulares — acaba por dirigir a vida pública».

No tempo em que eu lançava a *Pela Grei*, o advogado Dr. Quirino de Jesus tinha feito ressuscitar com incontestável brilho o velho *Economista Português*. Não quis saber das suas intenções pessoais (é meu costume, que admito seja



*politicamente* erróneo no sentido estreito da palavra *político*). O certo é que sustentava doutrinas lúcidas; e eu, na secção de bibliografia da *Pela Grei*, prestava a atenção que era justo prestar aos seus artigos no *Economista*. Ele leu-me, quis visitar-me, e por aí nos conhecemos pessoalmente. Foi também através de *Pela Grei* que Ezequiel de Campos o conheceu, se me não falha a memória. Sabe-se o papel que veio a representar depois.

Tendo-me convencido de que de facto ninguém nos ouvia, e não podendo continuar no meu esforço, fui tratar da vida para outra parte. Saí do país.

Estava fora de Portugal quando um grupo de amigos meus, cujos elementos mais característicos pertenciam ao ramo intelectualista, livre-pensador, democrático, da velha *Renascença Portuguesa*, fundou a revista *Seara Nova*. Menos estritamente político-económica do que havia sido a *Pela Grei*, mais literária e mais variegada, mais popular e mais brilhante, ganhou o êxito que merecia alcançar. Convidado a entrar para o corpo directivo, continuei aí a minha antiga campanha: reforma da mentalidade, intelectualismo, escola activa, plano coordenado de reformas económicas, democracia política e social, emancipação do povo pelo próprio povo. Como já se escreveu algures, a ideia de uma ditadura não me repugnava, desde que fosse transitória (um recurso passageiro, e não um regime) e de intenção libertadora, progressiva e democratizante. O objectivo de um ditador, em suma, deveria ser tornar-se dispensável, capacitando o povo a governar-se a si próprio. A essa ditadura pedagógica, de intenção liberal e democrática, defensora do Povo contra a oligarquia, chamávamos na *Seara* «governança excepcional».

Os homens da *Seara*, nos tempos áureos desta célebre revista, constituíram um grupo verdadeiramente fraterno, de uma unidade espiritual de que muito raro se encontra, de moral muito alta, de perfeita lealdade e entendimento entre si. Nunca nela se formaram grupos, nunca ouvi um «seareiro» criticar outro qualquer «seareiro», dizer pelas costas o que diante dele não dissera. Mais tarde, quando saí da *Seara* com alguns companheiros (Castelo Branco Chaves, Azevedo Gomes, Álvaro Salema, Agostinho da Silva) estando já morto o Raul Proença, ausentes o Cortesão e o Sarmento Pimentel, a ruptura não se deu por divergência de doutrina, mas por casos pessoais, acidentais, fortuitos, ligados a problemas de carácter administrativo. O espírito «seareiro» perdeu de todo o seu órgão, e passou a só existir em certas individualidades dispersas. A revista foi invadida por uma multidão heteroclita, sem unidade ética, e intelectual, doutrinária. Sei que se intenta reanimá-la agora, graças ao esforço de alguns varões beneméritos, entre os quais três membros do «searismo» antigo, a que se juntou um democrata decidido e activo. Para restaurar, todavia, a nobre *Seara* de outros tempos, seria necessário afastar de ali os que já deram provas de divergirem um tanto da estrita atitude seareira antiga; e como isso se me afigura de dificuldade extrema, creio que o «searismo» só poderá renascer com uma

nova falange cuidadosamente escolhida, que comunique com o público por um órgão novo, editado por uma empresa que se não confunda com o próprio grupo redactor da revista. (Separar o doutrinal do comercial; foi erro jurídico da *Seara Nova* o de reunir numa mesma entidade o grupo cívico que redigia a revista e a empresa editora que a publicava).

Se a nova empresa que editasse o periódico alargasse o âmbito das suas actividades até à extensão do da *Renascença*, poderiam reunir-se as virtudes características da *Renascença Portuguesa* e da *Seara Nova*. Já não estou em idade de poder ver esse milagre; mas seria para o País um grande bem.

(Texto inédito. Esp. A. Sérgio)

AQUILINO RIBEIRO